

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

*Asserada por
meminidade.*

*Sessão de 29.04.2016
A Mesa,
M. Silva*

1 **SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2016**

2 **ATA Nº 02**

3
4 Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Alcácer do Sal
5 e Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão
6 ordinária, António dos Mártires Balona, Presidente da Assembleia Municipal, Baltasar Flávio da
7 Silva, Primeiro Secretário da Mesa, Maria de Fátima Martins dos Santos Leite, Segundo Secretário
8 da Mesa e os Membros, Carla Maria Loura Manteiga Pereira (em regime de substituição), Manuel
9 Fernando Silva da Rocha, Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Luís Miguel Visinho Nunes,
10 Nuno Miguel Adelaide Rodrigues Dias, Maria Helena Murcho Guerreiro, Luzia Maria Carvalho
11 Maurício, Maria Antonieta Laurentino dos Santos (em regime de substituição), Serafim António
12 Martins Inocêncio, Vítor Manuel Elias Rosa, Ana Isabel Bernardo Semião, Sara Patrícia Guerreiro
13 Jacinto, Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos (em regime de substituição), Carlos Alberto
14 Santana Baião, Ricardo Miguel Bernardo Serronha (em regime de substituição), Jerónimo Jacinto
15 de Almeida, José Carlos Nascimento dos Reis, José Agostinho Rodrigues Santana (em regime de
16 substituição), Arlindo José Paulino de Passos, Presidente da União das Freguesias de Alcácer do
17 Sal e Santa Susana, Virgílio Manuel da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Maria
18 José Coelho Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Comporta) e Albino António Batista
19 Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

20
21 Compareceram, também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal,
22 Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vice-Presidente e os Vereadores, Ana Luísa Alferes Pinto Soares,
23 Nuno Miguel Besugo Pestana e Luísa Maria Pestana Ferreira.

24
25 Verificou-se a ausência dos Deputados Duarte Manuel Lynce de Faria, Maria Antónia Foito Crespo,
26 Leonardo Jacinto, Leónia de Jesus Pinto Barbara Gomes, e Maria do Rosário Faustino Tomás
27 tendo os mesmos apresentado justificação, que fica arquivada em pasta anexa à ata.

28
29 Pelas vinte e uma horas, verificou-se a existência de quórum, pelo que o Presidente da Assembleia
30 Municipal declarou aberta a sessão.

31
32 **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

33
34 O Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes e solicitou ao Segundo
35 Secretário que procedesse à leitura do resumo da correspondência.

36 **1 - Expediente:**

37 O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência, recebida no período de
38 29 de fevereiro de 2016 a 21 de abril de 2016, que aqui se dá como reproduzido e transcrito,
39 ficando arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

40
41 **2 - Análise e votação da Ata nº 1 da sessão realizada em 26 de fevereiro de 2016.**

42 O Presidente da Assembleia, colocou a ata a votação.

43 **Deliberação: A Ata nº 01 de 26 de fevereiro de 2016 foi aprovada, por unanimidade.**

44
45 O Presidente da Assembleia informou que foram presentes à Mesa, duas Moções:

46 - Moção "A" – *(Pela Reposição das Freguesias)*, apresentada pelos Deputados da CDU.

47 - Moção "B" – *(No 42º Aniversário da Revolução de Abril e 40º Aniversário da Constituição da*
48 *República)*, apresentada pelos Deputados da CDU.

49
50 O Presidente da Assembleia, informou que seguidamente, se iria proceder à apresentação e
51 apreciação das Moções entregues à Mesa, pelo que solicitou aos Deputados da CDU que
52 procedessem à leitura da Moção "A" – *(Pela Reposição das Freguesias)*.

53 A Moção foi lida pelo Deputado Arlindo José Passos.

54 O Presidente da Assembleia, colocou a Moção a discussão.

55
56 **Intervenções:**

57 O Deputado Luís Nunes disse que a posição da sua bancada já era conhecida, referindo que
58 subscreviam em tudo a moção apresentada pela bancada da CDU e adiantou que gostaria que nas
59 próximas eleições autárquicas existissem três presidentes e não apenas um.

60 O Deputado Arlindo José Passos interveio, referindo que por vezes, surgiam informações das quais
61 não tinham conhecimento e que existiam Deputados e Vereadores que eram privilegiados em
62 determinadas informações. Acrescentou que fazia parte do Conselho Geral da ANAFRE e tinha
63 conhecimento de que a associação iria começar uma campanha pela reposição das freguesias.
64 Informou que essa campanha, junto da comunicação social, iria começar com a vinda do Conselho

65 Diretivo a Alcácer do Sal.

66 Relativamente às posições políticas, somente duas das freguesias agregadas tinham sido contra.
67 Uma tinha lutado até ao fim, a outra tinha dito que sim, mas nunca avançou com qualquer protesto.
68 Referiu ainda, que em reuniões que tinham acontecido entre os membros do Conselho Diretivo da
69 ANAFRE e os grupos parlamentares, o Bloco de Esquerda era a favor de um referendo junto das
70 freguesias extintas e o Partido Socialista, embora dissesse que queria a reposição das freguesias,

71 estava a ver se a situação se arrastava até ao ano de 2021 e que até agora, o único partido que
72 tinha tomado uma posição firme, tinha sido o Partido Comunista Português, pois iria apresentar um
73 Projeto-lei relativo a este assunto.

74

75 O Presidente da Assembleia, colocou a votação a Moção "A" – *(Pela Reposição das Freguesias)*.

76

77 **Deliberação: A Moção foi aprovada, por unanimidade.**

78 A moção "A", que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da
79 mesma fazendo parte integrante.

80

81 O Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados da CDU que procedessem à leitura da
82 Moção "B" – *(No 42º Aniversário da Revolução de Abril e 40º Aniversário da Constituição da*
83 *República)*.

84 A Moção foi lida pelo Deputado Nuno Dias.

85 O Presidente da Assembleia, colocou a Moção a discussão.

86

87 **Intervenções:**

88 O Deputado Luís Nunes, usou da palavra e disse que era uma moção habitual, desde o 25 de Abril
89 que ela fazia parte da Assembleia, afirmando, que felizmente já não estavam no Estado Novo e a
90 Revolução de Abril, era sempre saudada por todos os partidos políticos.

91 Acrescentou ainda, que o 1º de Maio tinha sido outra, que também saudavam. Lembrou os direitos
92 e valores que os trabalhadores conquistaram, mas com o passar do tempo, alguns acabavam por
93 ficar esquecidos, contudo a Sul, esta data continuava a ser lembrada.

94 Relativamente à moção, referiu que discordava da parte final, onde referia que a noite de 24 para
95 25 de abril tinha sido um momento histórico, mas ele pensa que não, uma vez que era habitual.
96 Acrescentou que tinha sido um grandioso espetáculo, mas não o considera um momento histórico.

97

98 O Deputado Nuno Dias, usou da palavra referindo que, independentemente de se concordar e
99 valorizar a revolução do 25 de abril, fizeram questão de apresentar uma moção e pensa que isso
100 seja fundamental. Acrescentou que não era por ser habitual, mas sim por ser uma questão que era
101 importante continuar a reforçar e a defender. Nesse sentido, reconhece que ainda muito há por
102 fazer, pois ainda existem muitas conquistas a alcançar, uma vez que não é pelo facto de não existir
103 uma ditadura, que se passa a viver em democracia e tal como a moção refere, não são poucos
104 infelizmente, os exemplos de ataques claros à constituição e à Revolução de Abril. Por estas
105 razões e por outras, justifica-se e importa que fique registado este tipo de moções.

106 O deputado sublinhou ainda uma outra questão, as comemorações do 25 de Abril, afirmando que
107 era dos momentos da história contemporânea mais importante, e que hoje em dia, por razões
108 diversas, vai-se desvalorizando de certa forma esta data, acrescentando que enquanto eleitos,
109 tinham o dever de reforçar a importância do 25 de Abril.

110 Terminou dizendo que, na sua opinião, teria sido de todo o interesse que a bancada do Partido
111 Socialista, também tivesse apresentado uma moção relativamente à data do 25 de Abril.

112

113 O Deputado Albino Francisquinho, cumprimentou os presentes e disse que as freguesias tinham
114 estado inseridas nas comemorações do 25 de abril e que o que se tinha conquistado em 1974,
115 tinha tido uma relevância muito grande e todos os dias, se deveria refletir um pouco, sobre a
116 democracia que tinha sido conquistada.

117 Informou que as comemorações na Freguesia de São Martinho tinham sido viradas para o teatro,
118 com a peça: - **"Reforma Agrária, 40 anos de Reforma Agrária"**. Referiu que a iniciativa tinha
119 recordado o que tinha sido feito no ano de 1974, no desenvolvimento das terras como Casebres e
120 outras no concelho, Alentejo e Ribatejo. O Deputado salientou que a iniciativa tinha servido para
121 lembrar as pessoas que tinham vivido a reforma agrária de uma forma intensa, acrescentando
122 que quando a cooperativa de Casebres estava no seu auge, o Partido Socialista e o Partido Social
123 Democrata tinham no seu programa eleitoral, a reforma agrária como um pilar para a economia
124 nacional e posteriormente, isso não veio a suceder.

125 Terminou dizendo que o que se queria, era uma sociedade democrática livre.

126

127 O Deputado Virgílio Silva cumprimentou os presentes e referiu que a Junta de Freguesia do Torrão,
128 tem vindo, ano após ano, a dignificar a data do 25 de Abril. Recordou que em 2014, o executivo
129 tinha homenageado todos os presidentes da junta nesta data, procurando, dessa forma dar a cada
130 um deles, a sua dignidade e a sua importância. Recordou, que tinha sido inaugurada uma placa,
131 alusiva aos 40 anos do poder local e que a junta de freguesia, também passaria a ter o seu livro de
132 honra para as entidades locais assinarem bem como as que passam pela freguesia.

133 O Deputado salientou, que a data deveria ser assinalada em festa, sendo também um dia para
134 recordar, que não se deveria esquecer a história e iria ser sempre uma data que iria ser dignificada.

135 O Deputado Arlindo José Passos, referiu que a União de Freguesias de Alcácer do Sal, tinha
136 comemorado a data durante um mês e relativamente às comemorações do 1º de maio, mencionou
137 o passeio pedestre de Santa Catarina a Santa Susana, o piquenique nesta aldeia, salientando que
138 iria haver intervenção sindical, em Santa Susana, Torrão e Casebres.

139 A Deputada Maria Antónia Mendes usou da palavra e disse que não estava de acordo com a
140 intervenção do deputado Luís Nunes, pois relativamente às comemorações do 25 de Abril, o
141 município estava de parabéns pelo excelente espetáculo que tinha proporcionado à população.
142 Terminou dizendo que fazia sempre falta renascer Abril.

143

144 O Presidente da Assembleia interveio dizendo, que a intervenção feita pelo Deputado Luís Nunes
145 tinha sido redutora, já que as comemorações do 25 de Abril não se tinham reduzido a um artista,
146 como o mesmo tinha afirmado, salientando que o mais importante do espetáculo tinha sido a
147 grande participação das pessoas e que o mesmo tinha sido histórico por esse facto.

148

149 O Presidente da Câmara pediu a palavra, cumprimentou os presentes, disse que partilhava as
150 ideias que tinham sido apresentadas sobre o 25 de Abril, pelas duas bancadas, referiu que tinha
151 havido uma alteração profundíssima em Portugal e na vida dos portugueses, e como em qualquer
152 processo o mesmo não ficou isento de erros e de falhas, mas o que sobressaía era o virar da
153 página nos domínios socioeconómico e cultural do povo português.

154 Salientou que tinha tido oportunidade de participar em vários acontecimentos que tinham, ocorrido
155 no concelho e que tinham tido uma muito forte adesão da população.

156

157 O Presidente da Assembleia, colocou a votação a Moção "B" – *(No 42º Aniversário da Revolução*
158 *de Abril e 40º Aniversário da Constituição da República).*

159

160 **Deliberação: A Moção foi aprovada, por unanimidade.**

161 A moção "B", que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da
162 mesma fazendo parte integrante.

163

164 **INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO**

165 O Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados que procedessem à interpelação do
166 executivo. O Deputado Manuel Rocha cumprimentou os presentes e referiu, que tinham falado na
167 última Assembleia Municipal, que as obras do IC1 estavam aprovadas e afirmou que o sentido da
168 informação seria a desmobilização da Marcha lenta do dia 1 de abril, por razões que só o Partido
169 Socialista saberia.

170 Referiu que após a última Assembleia Municipal, tinham tido várias audiências parlamentares, entre
171 elas, com o Partido Socialista, onde tinham sido informados que a situação se mantinha e que o
172 atual governo tinha intenção de fazer a obra, só não sabiam quando.

173 Salientou, que a Comissão de Utentes do IC1 era um movimento de cidadania, em defesa dos
174 cidadãos, e que alguém estava a tentar partidarizar a mesma.

175

176 O Deputado Serafim Inocêncio usou da palavra informando que não faltava à verdade, pois esse
177 era um lema que regia a sua vida, nunca tinha afirmado que as obras iriam começar, mas sim, que
178 estavam aprovadas. Referiu que não existia nenhuma estratégia do Partido Socialista e que
179 deveria ser esclarecido que o Partido Socialista, estava tão empenhado como as pessoas de
180 Alcácer do Sal, na concretização das obras. Terminou dizendo, que a Comissão de Utentes do IC1
181 dizia respeito a todos e nunca tinha partidarizado a mesma.

182

183 A Deputada Luzia Carvalho cumprimentou os presentes e referiu que registava com agrado, a
184 afirmação do Deputado Serafim Inocêncio ao não partidarizar a iniciativa da Comissão de Utentes
185 do IC1. Informou que fazia parte da mesma há vários anos e tinham sido muitas, as iniciativas que
186 tinham levado a efeito no âmbito da Comissão de Utentes.

187 Salientou, que o que estava em causa, era a segurança das pessoas e essa tem sido a
188 preocupação fundamental reiterada junto das entidades. Acrescentou, que tinham sido recebidos
189 por todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República e junto de todos os
190 deputados, procuraram sensibilizar para a falta de segurança e urgência na intervenção do troço de
191 estrada.

192 Terminou dizendo, que todos os grupos parlamentares tinham conhecimento, estavam de acordo
193 sobre a gravidade da situação e reconheciam a urgência das obras.

194

195 O Deputado Manuel Rocha esclareceu, que o que tinha dito, era que andavam em audiências e
196 que existiam uma série de intenções e vontades de governo e que o Deputado Serafim Inocêncio
197 tinha usado da palavra para dizer que as obras do IC1 já estavam aprovadas.

198

199 O Deputado Serafim Inocêncio pediu a palavra e esclareceu, que o tinha feito de forma particular.

200

201 O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e salientou, que quando um deputado de
202 uma força política traz uma informação ao órgão para que foi eleito, não poderá ser de forma
203 particular.

204

205 O Deputado Serafim Inocêncio relativamente a essa questão, disse que quando trazia qualquer
206 informação, sendo particular ou não, a poderia trazer, se achasse que fosse pertinente. O

207 Deputado Nuno Dias, sublinhou que, ao longo do tempo, tinha sido inquestionável, o percurso que
208 tinha sido feito para resolver o problema. Disse que institucionalmente, existem determinados
209 procedimentos que deviam ser respeitados. Considerou, lendo a ata da reunião de câmara, que se
210 marcou um momento menos feliz relativamente a todo o processo, pois não se tinham respeitado
211 os procedimentos institucionais.

212

213 A Deputada Maria Antónia Mendes referiu que a informação tinha vindo por outras vias e não pela
214 via oficial, não tinha chegado à Câmara nem à Comissão de Utentes do IC1, acrescentando que
215 era um desrespeito muito grande pelos órgãos.

216

217 O Presidente da Câmara, pediu a palavra e disse que não se ia envolver na discussão que estava
218 a acontecer, mas relativamente ao IC1 a Câmara Municipal e a sua pessoa, iriam continuar
219 empenhados na reparação da estrada e pela intervenção na estrada do Torrão. Referiu, que não
220 tinha razões para por em causa o atual poder político e os atuais responsáveis. Informou ainda que
221 tinha sido recebido pelo Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas em conjunto com o presidente
222 da Câmara Municipal de Grândola, antes da Marcha Lenta, e o mesmo tinha dito que era boa
223 iniciativa, pois o Tribunal de Contas também tinha de ser sensibilizado para o mesmo.

224

225 A Deputada Maria Antónia Mendes, relativamente ao mapa judicial, disse saber que o Presidente
226 da Câmara tinha feito diligências junto da tutela, no sentido de aproximar a justiça das populações
227 e questionou qual o ponto da situação.

228 A Deputada referiu-se ainda, ao Centro Social e Paroquial de São Pedro da Comporta e salientou
229 que se congratulavam com a requalificação da antiga escola primária, pois proporcionava um
230 espaço moderno e acolhedor, felicitando o executivo, pelo apoio financeiro que tinha dado à
231 instituição em causa.

232 Recordou a posição da bancada da CDU, que tinham votado contra a minuta de contrato entre a
233 Câmara Municipal, na altura executivo do Partido Socialista e o Centro Social e Paroquial de São
234 Pedro da Comporta, uma vez que a permuta tal como era referida, não era viável, pois o
235 documento apresentado era tecnicamente imperfeito, mas a mensagem passada à população
236 nessa altura, tivesse sido outra.

237

238 O Deputado Serafim Inocêncio usou da palavra relativamente ao Conselho Cinegético Municipal, e
239 questionou se o mesmo já tinha sido constituído, pois sabia que existiam renovações de reservas
240 associativas, turísticas, e municipais que estavam dependentes do Conselho Cinegético Municipal

241 dado que o mesmo tem um papel importante relativamente a reorganização em termos cinegéticos
242 e questionou se o mesmo se encontra completamente constituído.

243 Referiu uma outra questão, a conclusão da estrada entre os Foros de Albergaria e a estrada
244 municipal, congratulava-se por isso, felicitou o executivo, mas referiu, que ainda faltava a segunda
245 parte.

246 Mencionou também a iniciativa “Educar com Todos”, e salientou que a mesma necessitava de ser
247 divulgada.

248

249 O Deputado José Carlos Nascimento, questionou o executivo relativamente ao Centro Náutico e se
250 iriam realizar melhoramentos no Parque Desportivo.

251

252 O Deputado Manuel Rocha informou no âmbito da Comissão de Utentes, que no dia 15 de abril
253 tinha havido uma reunião com o Sr. Ministro da Saúde, onde foram apresentadas uma série de
254 questões críticas, em resumo, a falta de médicos em todo o litoral Alentejano, nomeadamente no
255 concelho de Alcácer do Sal, tendo-se pedido o reforço de médicos e de enfermeiros na região.
256 Foram salientadas, as condições inadmissíveis para a marcação de consultas no Torrão, os
257 exames de CTG que não se efetuam Alcácer do Sal, quando existem meios humanos e técnicos
258 para a sua realização, a urgência do reforço da CIF, ambulância de suporte imediato e da Unidade
259 Móvel de Saúde e a desigualdade de tratamento dos cidadãos no acesso à saúde.

260

261 A Deputada Ana Isabel Semião usou da palavra relativamente à rede social, e questionou qual a
262 perspetiva de futuro da Equipa Local de Intervenção Precoce em Alcácer do Sal, equipa que apoia
263 crianças em risco, ou com algum problema a nível de desenvolvimento e respetivas famílias.

264

265 O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às
266 questões que lhe foram colocadas.

267 O Presidente da Câmara começou por referir, que a questão do mapa judiciário tinha sido colocada
268 também na Assembleia Intermunicipal da CIMAL que se tinha realizado no dia anterior e informou
269 que, o anterior governo tinha feito alterações profundas nesta área, que tinha tocado a todos os
270 municípios, e particularmente os 5 municípios da NUT3 do Litoral Alentejano, já que tinha
271 esvaziado de competências vários tribunais, tinha encerrado outros e tinha criado uma secção de
272 proximidade em Alcácer do Sal.

273 Informou ainda que a CIMAL tinha pedido uma audiência à Sra. Ministra da Justiça e que a mesma
274 tinha sido adiada, mas tinha promovido uma reunião com a Ordem dos Advogados e com

275 representantes de advogados do litoral alentejano, que iriam haver alterações, sem contudo mexer
276 na sede da comarca, que irão haver mais competências nos tribunais da região, tendo sido pedido
277 para Alcácer do Sal, que o tribunal volte a ter competências e deixe de ser uma secção de
278 proximidade.

279 O Presidente da Camara convidou os deputados municipais para participarem numa palestra sobre
280 o Foral Manuelino, que terá lugar, no próximo sábado, na Igreja da Pousada de Alcácer, com a
281 Profª Teresa Lopes, constando da mesma, uma exposição e um momento musical.

282 Relativamente ao Centro Náutico, o Presidente da Câmara, informou que neste momento, estava a
283 decorrer a fase de estudo prévio, para o desenvolvimento do projeto e o município tinha intenção
284 de o candidatar a financiamento comunitário.

285 Informou, que relativamente ao Museu Pedro Nunes, a parte de projeto estava em
286 desenvolvimento, o projeto de arquitetura estava aprovado, estavam a trabalhar na fase de
287 especialidades, toda esta fase tem sido muito complicada, que a fase do projeto de arquitetura
288 também o tinha sido, já que estão técnicos na direção do antigo IPAR e na DPC em Lisboa, que
289 gostam de colocar problemas, esses problemas estão ultrapassados. Referiu também que existe
290 uma equipa a trabalhar na parte dos conteúdos museológicos, e irá ser lançado o respetivo
291 concurso e que irá ser uma obra de grande vulto, do ponto de vista financeiro.

292 O Presidente da Camara solicitou que fosse dada a palavra à Vereadora Ana Luísa Soares para
293 responder a algumas das questões colocadas.

294

295 A Vereadora Ana Luísa Soares, relativamente à pavimentação nos Foros de Albergaria, disse ser
296 uma obra que a população, esperava há alguns anos que fosse executada e salientou que esta
297 estrada, há mais de uma década que não era intervencionada e que conseguiram fazê-la com os
298 meios da câmara.

299 A Vereadora referiu ainda, que o abastecimento de água naquela aldeia também era uma
300 preocupação do executivo e que iriam iniciar um projeto de avaliação de custos, medições e
301 orçamento e assim que o mesmo esteja terminado, irá ser avaliado o período e a fase em que se
302 poderá lançar essa empreitada.

303 O Presidente da Camara solicitou que fosse dada a palavra ao Vereador Manuel Vítor para
304 responder a algumas das questões colocadas.

305

306 O Vereador Manuel Vítor usou da palavra e informou, relativamente ao Conselho Cinegético
307 Municipal, que o mesmo, nunca tinha passado do papel. Referiu que tinham sido efetuadas três
308 tentativas para formar o Conselho Cinegético Municipal, mas não existiu aderência por parte dos

309 caçadores e associações de caça, já que nunca houve interesse nessa participação. No que
310 concerne aos pareceres, quando existe algum, o ICNF envia para o município, que tem 15 dias
311 para se pronunciar e ao não fazê-lo, automaticamente, o parecer é vinculativo e o processo não é
312 prejudicado por essa situação.

313 Sublinhou a importância da conferência "Educar Todos com Todos ", uma organização conjunta
314 com o Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal. Realçou o conferencista, Profº David Rodrigues,
315 um profissional com grandes conhecimentos e abrangência sobre a matéria em questão e convidou
316 os Deputados Municipais a estarem presentes.

317

318 O Presidente da Camara solicitou que fosse dada a palavra ao Vereador Nuno Pestana para
319 responder a algumas das questões colocadas.

320

321 O Vereador Nuno Pestana referiu que foi remodelado e inaugurado o Skate Park, que houve outras
322 remodelações, tais como, nas piscinas cobertas da cidade, onde foi colocada uma nova unidade de
323 tratamento de ar, climatizando toda a zona da receção e corredores, dando melhores condições de
324 trabalho aos funcionários, tendo sido colocado também, um termoventilador novo nas piscinas
325 municipais do Torrão, equipamento solicitado pelos utilizadores há já alguns anos. Sublinhou ainda
326 a requalificação do Parque Desportivo, que constou de descompactação do piso da relva, tendo-se
327 criado um piso mais leve, que faz com que os miúdos tenham menos lesões e acrescentou, que
328 para o próximo ano, se existir capacidade, iriam fazer outras remodelações naquele espaço.

329 O Vereador informou que no 1º de Maio, teria lugar a inauguração do Polidesportivo da
330 Carrasqueira, uma obra da Junta de Freguesia, que teve o apoio do município, equipamento
331 solicitado pela população há alguns anos, pois era a única aldeia no concelho em que não existia
332 uma infraestrutura desportiva.

333 Em relação à Equipa Local de Intervenção Precoce em Alcácer do Sal, o Vereador disse que
334 estavam a aguardar resposta dos três ministérios, que esperava fosse célere.

335

336 O Deputado Albino Francisquinho interveio referindo que tinha sido eleito para o Conselho
337 Cinegético Municipal e que já tinha participado em processos de caça associativa nos anos 2000 e
338 nessa altura, existia um parecer do mesmo, mas nunca tinha tido uma palavra relevante
339 principalmente no concelho de Alcácer do Sal e disponibilizou-se para trabalhar com o Deputado
340 Serafim Inocêncio, para que o Conselho Cinegético fosse para a frente.

341

342 O Deputado Serafim Inocêncio usou da palavra e disse que o Conselho Cinegético Municipal nunca
343 tinha funcionado em Alcácer do Sal.

344

345 **ORDEM DE TRABALHOS**

346

347 **Informações da Mesa da Assembleia Municipal:**

348

349 **01 – Análise e conhecimento da informação referente à Resolução aprovada na concentração de**
350 **Utentes do IC1 ocorrida em Albergaria, após a Marcha Lenta realizada no dia 1 de abril de 2016.**

351 O documento em título foi distribuído previamente por todos os deputados.

352 O Presidente da Assembleia, perguntou se algum Deputado se queria pronunciar sobre o assunto,
353 não tendo havido qualquer intervenção.

354 **Tomado Conhecimento.**

355 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
356 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

357

358 **02 – Análise e conhecimento da informação referente à “Declaração de Tróia”.**

359 O Presidente da Assembleia, fez uma breve apresentação da informação sublinhando os objetivos
360 do movimento e realçou a importância da **DECLARAÇÃO** e perguntou ao Deputado Virgílio Silva,
361 como membro da Comissão Promotora da AMALENTEJO, se queria pronunciar-se sobre o
362 assunto.

363 **Intervenções:**

364 O Deputado Virgílio Silva, referiu que fez parte da Comissão Promotora da AMALENTEJO, a
365 convite do Presidente da Camara, tendo estado presente em algumas reuniões. Considerou
366 também que, este encontro em Tróia, foi muito importante, que a Comissão é de grande relevância
367 para o Alentejo se afirmar e integra pessoas de todos os partidos. Salientou que se pretende que a
368 região tenha peso político, com capacidade de reivindicar melhores estruturas, para que seja uma
369 voz única no Alentejo, a trazer melhores investimentos, valorizar a região, os autarcas e os
370 Municípios.

371 **Tomado Conhecimento.**

372 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
373 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

374

375

376 **Propostas da Câmara Municipal:**

377

378 **03 - Análise e votação da proposta referente ao aditamento ao Acordo de Execução a celebrar**
379 **entre o Município de Alcácer do Sal e a União das Freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do**
380 **Castelo e Santiago) e Santa Susana.** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia
381 14/04/2016);

382 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou a
383 proposta a votação.

384 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

385 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
386 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

387

388 **04 - Análise e votação da proposta referente à Prestação de Contas de 2015.** (documento
389 aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/04/2016);

390 O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar a proposta.

391 **Intervenções:**

392 O Presidente da Câmara, começou por agradecer à Chefe de Divisão da Administração e Finanças
393 da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Dr.^a Teresa Sousa, a sua presença, para alguma
394 clarificação de caráter técnico e também a presença do Revisor Oficial de Contas (ROC), Dr.
395 Carlos Grenha, a quem vai pedir, se o Presidente da Assembleia assim o permitir, para na parte
396 final prestar algumas informações.

397 O Presidente da Câmara, disse que este documento aponta, desde logo, para um crescimento nas
398 receitas de cerca de 2 milhões de euros e que esta componente da receita, é indispensável ter em
399 conta, no sentido de criar condições para encontrar respostas, a vários níveis, por parte de cada
400 município. Referiu que, 2015 é o melhor ano do ponto de vista de receitas e que nos três anos do
401 anterior mandato, as receitas andaram numa média de 17.258.956 milhões de euros e que no ano
402 de 2015 as receitas foram de 18.000.061 milhões de euros. Disse que, há um crescimento da
403 receita de capital na ordem dos 122%, um crescimento da receita corrente na ordem de 7,2%, que
404 acontece quase em contraciclo, que a receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) desceu e
405 aumentou a receita do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT).

406 Em relação à receita corrente, o Presidente da Câmara referiu que houve três elementos
407 fundamentais. O primeiro foi um contributo dos desvios tarifários das Águas Públicas do Alentejo
408 (AGDA). O segundo tem a ver com a venda de serviços, que foi uma reposição da legalidade,
409 porque o Município não tinha tarifa fixa e não tinha tarifário de resíduos sólidos urbanos. Referiu

410 que, prescreveram 500 mil euros em faturas de água, o Município tinha hipótese de cobrar essas
411 verbas, mas, como não tinha um gabinete de infrações fiscais as dívidas prescreviam. O terceiro foi
412 o crescimento do IMT.

413 O Presidente da Câmara esclareceu que as receitas de capital aumentaram e que para tal,
414 contribuiu a renegociação do direito de superfície das bombas de combustível da Repsol na
415 Comporta, a transferência para a AGDA de infraestruturas que eram do Município e que a AGDA
416 ainda não tinha feito contas com o Município e também os projetos comunitários.

417 Em relação à despesa, o Presidente da Câmara referiu que no ano de 2015 houve um crescimento
418 moderado na despesa, comparativamente com o ano de 2014 e que a despesa foi de 16,2 milhões
419 de euros. Mencionou que, houve um crescimento da despesa corrente de 2,6% e um crescimento
420 da despesa de capital de 28,4%. Em relação à despesa com pessoal, disse que o ano de 2015 foi
421 marcado pelos encargos com os trabalhadores que foram internalizados da EMSUAS e pela
422 reposição dos 20% dos cortes de vencimentos que o Governo anterior tinha feito aos funcionários
423 públicos.

424 Sobre a despesa corrente, o Presidente da Câmara acrescentou que houve uma restituição de IMT
425 no valor de 57 mil euros, uma indemnização que tiveram que efetuar à empresa Joaquim Sousa
426 Brito no valor de 38 mil euros, referente à obra dos efluentes do saneamento do Forno da Cal para
427 a ETAR na Quintinha, porque a empresa começou a obra mas não havia autorização dos
428 proprietários dos terrenos e o executivo da altura, parou a obra e a empresa colocou o assunto em
429 tribunal. Este executivo chegou a acordo com a empresa e foi efetuado o pagamento.

430 Em relação ao crescimento das despesas de capital, referiu que nessas despesas estão o Pré-
431 Escolar do Morgadinho, a aquisição do terreno da feira à Sociedade da Arcebispa SA, a
432 componente informática, que tem tido nos últimos dois anos uma modernização muito significativa,
433 um investimento numa varredoura no valor de 150 mil euros, em duas viaturas para transporte de
434 crianças no valor de 47 mil euros, reparações dos galeões, uma renovação enorme no parque de
435 contentores, o Skate Parque, equipamentos elétricos, equipamentos para as piscinas,
436 equipamentos para escolas e equipamentos para redes de água.

437 O Presidente da Câmara, informou também, que por cada 100 euros arrecadados de receita de
438 capital foram investidos 80 euros, o que corresponde a 0,80% e que significa que o investimento
439 aumentou significativamente. Referiu que, em 2011 foi de 0,61%, em 2012 de 0,16%, em 2013 de
440 0,33% e em 2014 foi de 0,57%.

441 Referiu que, os contratos de avença, tiveram um investimento e que todas as Câmaras do país têm
442 tido um problema enorme com a questão da admissão de pessoal, particularmente quadros
443 técnicos e que o Município de Alcácer do Sal está muito aquém do que outros municípios têm feito.

444 Por outro lado, foi reduzido o pessoal com contrato a termo e o princípio de equilíbrio orçamental foi
445 cumprido em mais de 700 mil euros.

446 O Presidente da Câmara, referiu ainda que, o passivo foi reduzido de, 2014 para 2015, em 965 mil
447 euros. Essa redução aconteceu por duas vias, por um lado, uma diminuição da dívida de curto
448 prazo de 750 mil euros e por outro lado, a diminuição da dívida de médio e longo prazo de 215 mil
449 euros. Em dezembro de 2015, reduziu-se 50% relativamente a 2014 e a dívida total cifra-se em 874
450 mil euros. Disse que, o limite total legal da dívida são 20,3 milhões de euros e que o Município tem
451 uma folga de mais 4,7 milhões de euros relativamente à dívida que está em vigor.

452 O Presidente da Câmara, concluiu informando, que o prazo médio de pagamentos situa-se nos 27
453 dias.

454

455 O Presidente da Câmara, solicitou ao Presidente da Assembleia, que fosse dada a palavra ao Dr.
456 Carlos Grenha.

457

458 O Presidente da Assembleia, disse que, como todos sabem, o regimento contempla a intervenção
459 de outros intervenientes, para além dos Deputados Municipais. Agradeceu a presença do Dr.
460 Carlos Grenha e a sua disponibilidade para prestar declarações na Assembleia Municipal.

461 O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Dr. Carlos Grenha.

462

463 O Dr. Carlos Grenha, usou da palavra e começou por referir que o Presidente da Câmara fez um
464 resumo bastante elucidativo da prestação de contas de 2015.

465 Disse que, a transferência que ocorreu no ano de 2015, de imobilizado em curso para imobilizado
466 firme, do processo RUAS, foi finalmente terminada. Por outro lado e ainda na rubrica de
467 imobilizado, ficou em imobilizado em curso o investimento ao nível da Escola do Morgadinho.
468 Destacou do ponto de vista técnico, a regularização do processo de águas, saneamento e resíduos
469 sólidos e toda a envolvente que esse processo teve na gestão diária dos serviços e do próprio
470 Município.

471 Referiu que, o segundo processo muito importante para o Município foi a regularização da
472 EMSUAS, que julga não existir paralelo no país, de uma internalização de cerca de 80
473 trabalhadores num Município e que acha que deve ser um motivo de orgulho para todo o concelho.

474 O Dr. Carlos Grenha, referiu que a redução do passivo é uma verdade, com a melhoria de o
475 Município ter subsídios a imputar aos próximos exercícios, que dão algum conforto e alguma
476 almofada para os próximos exercícios, pois os subsídios que foram recebidos relativamente a
477 obras, vão sendo imputados a proveitos ao longo dos exercícios na mesma cadência das

478 amortizações. Assim que esses investimentos vão sendo amortizados, ao mesmo tempo, o ativo
479 aumenta, pelas razões que foram referidas, das quais salientou um aumento de cerca de 1 milhão
480 de euros em disponibilidades financeiras em depósitos à ordem.

481 Disse que, a maior satisfação que um oficial de contas pode ter, é ter uma certificação legal das
482 contas sem qualquer referência e que o Município de Alcácer do Sal ainda tem uma reserva nas
483 contas que advém de situações residuais de imóveis que ainda importa registar e regularizar como
484 propriedade do Município e que essa reserva, é praticamente transversal a todos os Municípios do
485 país. Deixou o desafio de que, ainda que sejam situações residuais, muito gostaria que em 2016,
486 pudesse retirar essa referência, assim como as outras duas referências que dizem respeito como
487 ênfase, a nenhuma situação de deturpe das contas, são apenas duas constatações, uma é a
488 dissolução e liquidação da EMSUAS, outra relativamente aos índices de execução orçamental dos
489 últimos três exercícios.

490

491 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que a nível geral, se olhar para os resultados líquidos dos
492 exercícios, em termos de reservas e em termos de resultados, considera uma prestação de contas
493 especialmente interessante e que vai na linha, não só destes três últimos anos, mas também dos
494 últimos anos. Disse que o Partido Socialista não deixou a Câmara numa situação precária em
495 relação à questão orçamental.

496 Referiu também que, como uma “prestação de contas”, é a apresentação da concretização dos
497 documentos aprovisionados e que vê aspetos positivos e aspetos negativos.

498

499 O Presidente da Assembleia, solicitou ao Deputado Serafim Inocêncio que suspendesse por alguns
500 momentos a sua intervenção, dado que era meia-noite, tendo posto a votação a continuação da
501 sessão, o que foi aprovado por unanimidade.

502

503 O Deputado Serafim Inocêncio, continuou a sua intervenção, referindo que na sua opinião,
504 relativamente ao que foi orçamentado, em termos de receita e o concretizado, passou de 22
505 milhões de euros para 18 milhões de euros.

506 Em relação às despesas, disse estar preocupado com as despesas com o pessoal e que se fala
507 tanto que a despesa foi menor nos últimos três mandatos, mas as receitas também são em média
508 mais ou menos iguais nos últimos três mandatos e que também é preciso referir, dar algum ênfase
509 e algum brio, ao que os outros autarcas fizeram neste Município. Referiu que, a despesa com o
510 pessoal em regime de tarefa e avença no valor de 357 mil euros, o deixa preocupado, assim como,
511 quando às vezes não há dinheiro para um assistente administrativo, ou para um assistente

512 operacional e há 357 mil euros para avenças, para não falar em avenças de 9.990 euros pagos a
513 um chefe de cozinha. Considerou, que estes são os aspetos mais negativos que estão plasmados
514 nesta gestão e nesta prestação de contas.

515 Referiu ainda que, o resultado líquido do exercício está ótimo e que é de louvar a capacidade que
516 esta Câmara tem de endividamento, de uma forma geral, em relação ao seu investimento e ao que
517 quer para o concelho. Considerou que a Escola do Morgadinho é uma obra exemplar e que é de
518 valorizar, assim como é de valorizar também, aquilo que foi feito anteriormente.

519 Em relação à frase que está na página 23 que diz “face aos constrangimentos do clima económico
520 dos últimos anos, o município optou por controlar os níveis de despesa, ainda que se tivesse
521 verificado uma apreciável subida na receita, desta forma, com o aumento da receita arrecadada, as
522 disponibilidades sofreram um forte incremento, o qual, agora se reflete no crescimento ativo”, disse
523 que concorda, mas pensa que em termos de investimento não pode ser só a questão da gestão do
524 dia-a-dia, sem haver grande investimento e que sabe que os projetos vão aparecer do Portugal
525 2020, assim como vão aparecer outros projetos, como foi dito pelo Presidente da Câmara,
526 nomeadamente o Museu Pedro Nunes e a aquisição dos terrenos do parque da feira. Disse que,
527 considera ser importante, mas que também se deve pensar e perceber que os outros autarcas
528 também fizeram alguma coisa.

529 Em relação aos contratos de avença, o Deputado Serafim Inocêncio disse que há um parágrafo
530 que diz “por outro lado nota-se o incremento significativo das despesas com pessoal em regime de
531 tarefa ou avença, mais 28,9%, como forma de dotar a autarquia de meios essencialmente técnicos,
532 que os obstáculos legislativos criados e só muito recentemente parcialmente afastados, não
533 permitiam enquadrar por outras vias”. Questionou, se para o ano vai haver menos avenças e se
534 agora já permitem enquadrar, por outras vias, os técnicos.

535
536 A Deputada Luzia Carvalho, referiu que na bancada da CDU fizeram uma leitura conjunta
537 relativamente aos documentos da prestação de contas e olharam para aquilo que foi a posição do
538 Partido Socialista no órgão executivo e que têm dois ou três aspetos que gostariam de referir sobre
539 os documentos da prestação de contas.

540 Sublinhou que, lhes parece importante mencionar que, como já foi dito pelo Presidente da Câmara,
541 no final de 2015 o prazo médio de pagamento se situa em 27 dias.

542 Disse também que, 2 anos e meio sobre o início dos fundos comunitários, ainda não houve
543 qualquer transferência de verbas para os Municípios, o que é um fator de asfixia. Referiu que não
544 se pode confundir transferência de verbas com devoluções de verbas, que este executivo se viu na
545 obrigação de cumprir.

546 A Deputada Luzia Carvalho disse que, também lhes parece que há alguma confusão entre aquilo
547 que são taxas e tarifas. Em relação às tarifas de águas, saneamento e resíduos, lembrou que
548 este executivo acautelou e corrigiu uma questão de ilegalidade que existia e que era uma situação
549 que importava quanto antes corrigir.

550 Referiu que, nas apreciações que fizeram, a palavra desinvestimento não cabe nas contas de
551 2015, pois de um total de receita de capital na ordem dos 2 milhões e 500 mil euros, se regista um
552 total de investimento de 2 milhões e 34 mil euros e que então, o que diriam de anos anteriores
553 onde se registou uma receita de capital de 4 milhões e 500 mil euros e um investimento de 733.179
554 mil euros.

555

556 O Presidente da Câmara, pediu a palavra e disse que da abordagem que foi feita, parece que a
557 questão de fundo reside à volta do pessoal ou de condições que tenham a ver com pessoal.
558 Referiu que, em 2013 o Município de Alcácer do Sal tinha 165 assistentes operacionais e hoje tem
559 219, pelo que se tem dado uma atenção muito grande à componente operária e que estão a
560 decorrer neste momento concursos e que é intenção do executivo, decorrente do orçamento
561 aprovado, abrir procedimentos concursais para contratos por tempo indeterminado, para dar
562 garantia às pessoas relativamente ao posto de trabalho. Disse que o contrato de prestação de
563 serviços é, do seu ponto de vista, uma situação precária e que há situações que têm que ser
564 resolvidas.

565 Referiu que o novo executivo, quando entrou em funções, quis alavancar um conjunto de matérias,
566 nomeadamente fazer projeto, reorganizar o setor de águas, criar mecanismos de segurança dentro
567 da Câmara Municipal do ponto de vista da engenharia informática e em áreas diversas que tiveram
568 que avançar, para produzir trabalho e que hoje, os resultados se começam a ver. Disse que, se
569 surgirem novas oportunidades em sede de orçamento de estado, relativamente à contratação de
570 pessoal para Municípios, como o de Alcácer do Sal que não está em saneamento ou rotura
571 financeira, vão ser abertos procedimentos concursais para áreas em que as pessoas estão numa
572 situação em que necessitam de uma maior estabilidade. Salientou que este executivo advoga a
573 estabilidade nos postos de trabalho, fez isso com a EMSUAS, onde honrou a palavra com os
574 trabalhadores da EMSUAS e se preocupa com tudo o que tem a ver com os direitos dos
575 trabalhadores. Mencionou que, na página 13 se pode ver que nos últimos anos aumentaram muito
576 os valores de encargos com saúde, com segurança social, com a caixa geral de aposentações,
577 porque o Estado atirou responsabilidades para cima dos Municípios.

578 O Presidente da Câmara disse também que, neste momento, a Câmara Municipal de Alcácer do
579 Sal tem capacidade para produzir projeto, para efetuar um grande trabalho em áreas diversas, tem

580 capacidade interna a vários níveis da sua gestão, devido a alguma mais-valia que tiveram que ir
581 buscar e também devido à pró atividade que também existe.

582 Referiu que não falou na ETAR de Rio de Moinhos, construída com um projeto feito no Município,
583 sendo a concretização de uma empreitada, que está pronta a servir o ambiente e os efluentes e
584 informou ainda que mais obra vai surgir no Município de Alcácer do Sal, a bem das pessoas e em
585 áreas chave, que fazem falta a Alcácer do Sal e às populações.

586
587 A Deputada Maria de Fátima Leite, interveio a seguir e referiu que, em relação à intervenção do
588 Deputado Serafim Inocêncio sobre a oportunidade de ser dada a assistentes operacionais, lembrou
589 que, na última Assembleia Municipal a bancada do PS, por intervenção do Deputado Luís Nunes,
590 mostrou discordância em relação à abertura de 10 postos de trabalho, dizendo que a Câmara não
591 era a Santa Casa da Misericórdia. Referiu ainda, que essa oportunidade está a ser dada aos
592 assistentes operacionais e também aos técnicos.

593
594 O Deputado Serafim Inocêncio, em relação ao que foi dito pelo Presidente da Câmara, de os
595 encargos com a saúde serem muito grandes, referiu que desde 2011 a oscilação é muito pequena
596 em relação às despesas de saúde e que de 2011 a 2015 há um diferencial muito pequeno.
597 Esclareceu que, quando se referiu às questões da despesa com pessoal, não estava a falar do
598 pessoal do quadro da Câmara.

599
600 O Deputado José Santana, usou da palavra dizendo que ficou contente com a tomada de posição
601 do Partido Socialista, tendo em conta a última Assembleia Municipal, onde não votaram
602 favoravelmente a abertura de concursos para assistentes operacionais e, por finalmente o PS,
603 defender a abertura de postos de trabalho na Autarquia, com deveres e com direitos. Em relação á
604 despesa do dia-a-dia disse que essa despesa é importante tendo em conta os últimos oito anos em
605 que houve um desinvestimento, principalmente nas condições dos trabalhadores. Referiu que, hoje,
606 acompanhou a Vereadora Ana Luísa Soares como representante do STAL, numa volta com os
607 trabalhadores dos resíduos sólidos urbanos, que são trabalhadores que lidam com o pior de tudo e
608 merecem o melhor de tudo e tiveram a oportunidade de fazer a volta na Comporta e de ver que as
609 condições de trabalho dos trabalhadores se foram degradando ao longo dos anos e precisam de
610 uma intervenção e daí se justificar a despesa do dia-a-dia, porque as condições em que se
611 encontram, exige uma intervenção, tendo em conta o desinvestimento que houve.

612

613 O Presidente da Câmara, pediu a palavra manifestando grande respeito e admiração técnica à
614 chefe de divisão da área financeira, Dr.^a Tersa Sousa, à sua equipa e ao conjunto de pessoas que
615 trabalharam na área de finanças para produzir este documento e produzir aquilo que é a exigência
616 do dia-a-dia.

617
618 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

619 **Deliberação: Aprovada por Maioria com 15 votos a favor da CDU e 8 abstenções do PS.**

620 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
621 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

622 **Os Deputados do CDU, apresentaram uma Declaração de Voto, que foi lida pela Deputada Luzia**
623 **Carvalho.**

624 "Declaração de Voto

625 O documento de Prestação de Contas apresentado a esta Assembleia, reflete como legalmente obrigatório,
626 toda a atividade autárquica no ano de 2015 e reflete também as opções e as decisões que foram tomadas
627 pelo executivo municipal, com base na estratégia apresentada ao eleitorado como compromissos.

628 Princípios de rigor e transparência sem omissões ou ocultações de dívidas e o respeito por todos os
629 compromissos assumidos são a marca mais evidente desta gestão e que estão igualmente refletidos neste
630 documento.

631 Mas também;

632 -A marca de princípios de boa gestão, reduzindo-se a dívida a curto prazo e terminando 2015 com a dívida de
633 médio e longo prazo em valores meramente residuais.

634 -A marca da capacidade de gerar aumento de receitas num ano que voltou a ser marcado por enormes
635 dificuldades para as famílias e para os municípios e sobretudo nos primeiros 10 meses do ano, pelas maiores
636 restrições à autonomia e ao regime financeiro do Poder Local.

637 - A marca da aposta nas obras por administração direta e na redução da aquisição de bens e serviços,
638 preferindo e valorizando a capacidade o saber e o empenho dos serviços municipais.

639 - A marca da capacidade de investimento demonstrada em 2015, na relação entre a receita de capital
640 (2.554.000 euros) com um investimento de (2.034.000 euros), muitíssimo acima de anos anteriores.

641 Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal valorizam os Documentos de Prestação de
642 Contas apresentados. Valorizam todos os trabalhadores do município pelo seu trabalho e empenho que
643 contribuiu para estes resultados. Valorizam ainda o trabalho responsável do Revisor Oficial de Contas e o
644 nosso voto favorável reflete não só a confiança nos documentos apresentados, assim como a confiança na
645 gestão de Trabalho, Honestidade e Competência levada a cabo pelo executivo municipal.

646 Alcácer do Sal 29 de Abril de 2016

647 O Eleitos da CDU"

648

649 **Os Deputados do PS, apresentaram uma Declaração de Voto.**

650

651 "Prestação de Contas – 2015

652 Declaração de Voto

653 No que diz respeito à prestação de contas de 2015 e sendo este documento, uma apresentação da
654 concretização dos documentos previsionais, consideramos que há aspetos negativos e positivos.

655 Sobre os negativos, efetuamos uma comparação da execução orçamental com o Orçamento e o Plano
656 Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais do ano de 2015, e concluímos que, a prestação
657 de contas, padece de erros fundamentais, ou seja, desvio entre o orçamentado em plano ao nível das
658 receitas (22.166.451,00) e o concretizado (18.061.167,87) menos 18,5%.

659 No capítulo do pessoal, o executivo apresenta uma gestão demasiado "despesista", uma vez que houve um
660 aumento significativo nas despesas com pessoal, ou seja, um significativo aumento no pessoal no regime de
661 tarefa e avença (+28,29%).

662 Escassez de receitas (pouca visão estratégica para aumentar e captar novas receitas) uma vez que há uma
663 grande dependência dos impostos diretos.

664 Quanto aos positivos, existem alguns, sendo de realçar os Resultados Operacionais e Financeiros, positivos,
665 com um **Resultado Líquido do Exercício** no valor de **993.544,08 €** (Reservas: 49.677,70) (Resultados
666 Transitados: 943.676,38), melhorando os resultados de 2014.

667 O investimento na educação, com a construção do Centro de Educação Pré-Escolar do Morgadinho,
668 representa uma grande fatia da execução dos projetos que mais peso tiveram no volume de despesa
669 executada.

670 No entanto, consideramos que perante esta prestação de contas, e o trabalho desenvolvido ao longo deste
671 último ano e dos últimos, sem obra efetuada, continuando apenas a realizar uma gestão do dia-a-dia, então o
672 que nos parece é que esta gestão é uma gestão moldada para o último ano de mandato. Conforme é referido
673 na pág. 23 **"Face aos constrangimentos do clima económico dos últimos anos, o Município optou por
674 controlar os níveis de despesa ainda que se tivesse verificado uma apreciável subida da receita. Desta
675 forma, com um aumento da receita arrecadada, as disponibilidades sofreram um forte incremento, o qual
676 agora se reflete no crescimento ativo"**.

677 Nesta conformidade e pelo acima exposto, os detutados eleitos do Partido Socialista abstém-se nesta
678 "Prestação de Contas de 2015".

679 Os eleitos pelo PS"

680

681 **05 - Análise e votação da proposta referente ao Regulamento Geral de Preços Municipais (RGPM).**

682 (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/04/2016);

683 O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara.

684 **Intervenções:**

685 O Presidente da Câmara, disse que este Regulamento Geral de Preços Municipais e o
686 Regulamento Geral de Taxas Municipais, são dois documentos muito importantes, que obedecem a
687 regras e que tiveram em discussão pública.

688

689 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou a
690 proposta a votação.

691 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

692 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
693 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

694

695 **06 - Análise e votação da proposta referente ao Regulamento Geral de Taxas Municipais (RGTM).**

696 (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/04/2016);

697 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou a
698 proposta a votação.

699 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

700 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
701 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

702

703 **07 - Análise e votação da proposta referente ao Património Inicial. Regularizações.** (documento
704 aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/04/2016);

705 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou a
706 proposta a votação.

707 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

708 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
709 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

710

711 **08 - Análise e votação da proposta referente à aprovação da versão final do projeto de regulamento**
712 **de funcionamento dos serviços da componente de apoio à família nos estabelecimentos de**
713 **educação do 1º ciclo do ensino básico e das atividades de animação e de apoio à família dos**
714 **estabelecimentos de educação pré-escolar e remessa do mesmo para aprovação da Assembleia**
715 **Municipal.** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 10/03/2016);

716 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

717 **Intervenções:**

718 O Deputado Luís Nunes, enumerou alguns lapsos e alguns pontos que deveriam ser alterados no
719 documento.

720 O Presidente da Assembleia, disse que a Assembleia Municipal não tem competência para
721 proceder a alterações nos documentos. Questionou, se o Presidente da Câmara queria retirar este
722 ponto.

723 O Presidente da Câmara, solicitou ao Presidente da Assembleia, que concedesse a palavra ao
724 Vereador Manuel Vítor.

725 O Vereador Manuel Vítor, usou da palavra e esclareceu que este regulamento foi colocado a
726 discussão pública, foram ouvidos os Agrupamentos de Escolas, que deram os seus contributos.
727 Disse que o Deputado viu a nota justificativa do regulamento, mas não viu as introduções que
728 foram feitas ao regulamento.

729 O Deputado Luís Nunes, disse que não tinha esse documento.

730 O Deputado Serafim Inocêncio, questionou se essa proposta não terá sido enviada hoje à tarde.

731 O Presidente da Assembleia, esclareceu que a proposta é a mesma, mas os serviços verificaram
732 que, por lapso, faltavam algumas páginas na proposta que foi enviada e por isso hoje à tarde, foi
733 enviada a proposta completa para os Deputados.

734 O Vereador Manuel Vítor, esclareceu as questões colocadas sobre o documento.

735 O Presidente da Assembleia, questionou os Deputados, se existiam condições para colocar a
736 proposta a votação.

737 Como todos os Deputados concordaram, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a
738 votação.

739 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

740 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
741 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

742

743 **09 - Análise e votação da proposta referente à aprovação da versão final do projeto de regulamento**
744 **dos transportes escolares e cedência de viaturas para visitas de estudo e remessa do mesmo para**
745 **aprovação da Assembleia Municipal.** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia
746 10/03/2016).

747 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

748 **Intervenções:**

749 O Deputado Luís Nunes, colocou algumas questões sobre o documento.

750 O Vereador Manuel Vítor, esclareceu as questões colocadas.

751

752 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

753 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

754 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
755 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

756

757 **10 - Análise e votação da proposta referente às disposições normativas e tabela de preços para a**
758 **PIMEL 2016.** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 10/03/2016);

759 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou a
760 proposta a votação.

761 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

762 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
763 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

764

765 **11 – Análise e conhecimento da informação referente ao Balanço Social de 2015.** (tomado
766 conhecimento na reunião de câmara realizada no dia 14/04/2016);

767 O Presidente da Assembleia, perguntou se algum Deputado se queria pronunciar sobre o assunto.

768 **Intervenções:**

769 O Deputado Serafim Inocêncio, disse que ficou surpreendido com o conteúdo do documento e que
770 ficou com uma visão muito abrangente do que é o Município, da questão das habilitações
771 académicas e da formação. Referiu que, deve haver uma aposta clara na formação académica em
772 termos de determinada faixa etária dos trabalhadores do Município. Disse que, um assistente
773 operacional deve ter muito mais do que a quarta classe e que a faixa etária de quem tem a quarta
774 classe são pessoas com 50 e poucos anos, o que o deixa preocupado. Referiu que, é muito
775 importante pensar, na maior escolarização possível de todos os funcionários.

776

777 O Presidente da Câmara, solicitou a palavra ao Presidente da Assembleia e referiu que este
778 Balanço Social de 2015 é um trabalho que, o Vereador Nuno Pestana, apresentou à Câmara
779 Municipal e submeteu à Assembleia Municipal e também valorizou o trabalho da Divisão de
780 Recursos Humanos. Disse que é uma realidade, com uma componente quantitativa significativa, dá
781 uma amostragem real do que existe. Afirmou que há aspectos que considera muito importantes e
782 há outros, que merecem preocupação e são problemas com que se confrontam diariamente, mas
783 também se deve ter em conta, que a camara, não é uma empresa do direito privado é um regime
784 de função pública, que obriga a ter em conta um conjunto de fatores. Referiu que, nos últimos anos
785 os trabalhadores das autarquias locais sofreram uma ofensiva muito grande nos seus direitos, nos

786 seus rendimentos e nas suas condições e que governar seja quem for, tentando aumentar níveis
787 de motivação com congelamento de carreiras, com retirada de direitos, é de facto muito
788 preocupante.

789 Referiu também que, este balanço é uma amostragem da realidade do Município e do potencial
790 que existe. Disse concordar com o Deputado Serafim Inocêncio, que este assunto merece estudo e
791 que o Vereador Nuno Pestana já está a ter isso em conta.

792 Informou que, ontem, foi aprovado em Reunião de Câmara um protocolo com a *Inovinter*, que é
793 uma entidade certificada para formação. Disse que, o Município está a estudar uma variedade de
794 ofertas formativas, há uma componente de oferta formativa muito especializada e estão a ser
795 criteriosos em relação à formação.

796 Referiu que, o balanço social também revela um conjunto de fatores de outra natureza,
797 nomeadamente, as questões do absentismo, das baixas, da doença, das debilidades e das
798 dificuldades que muitos trabalhadores têm.

799

800 O Deputado Serafim Inocêncio, disse que deve de haver uma aposta clara na formação interna,
801 aproveitando os próprios recursos humanos da autarquia e desenvolver replicação de formação.

802

803 O Presidente da Câmara, usou da palavra e referiu que, no âmbito da CIMAL, isso tem sido feito
804 com bons resultados.

805

806 O Deputado Serafim Inocêncio, disse que se deve aproveitar os bons recursos, que de certeza há
807 no Município e trabalhar essa questão da formação interna. Em relação ao protocolo com a
808 empresa que o Presidente da Câmara referiu, o Deputado considera que deve ser para formação
809 específica.

810 **Tomado Conhecimento.**

811 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
812 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

813

814 **12 - Análise e conhecimento da informação referente à Atividade Autárquica.**

815 O Presidente da Assembleia, perguntou se algum Deputado se queria pronunciar sobre o assunto.

816 **Tomado Conhecimento.**

817 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
818 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

819

820 **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

821 Não havendo mais assuntos a tratar entrou-se no período de intervenção do público.

822 O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra, perguntando ao público presente, se
823 alguém queria intervir.

824 O Sr. Hélder Moutinho, membro da Assembleia de Freguesia do Torrão, pediu a palavra e referiu
825 que na última Assembleia de Freguesia teve conhecimento que foi enviado à Assembleia
826 Municipal, um documento da Santa Casa da Misericórdia do Torrão. Questionou se, esse
827 documento chegou à Assembleia Municipal e se foi distribuído pelos Deputados.

828 Colocou uma questão ao Presidente da Câmara sobre o estado da estrada municipal 543 e para
829 quando se prevê o seu arranjo.

830 Referiu que, foi feito um requerimento na Assembleia de Freguesia e que o Presidente da Junta de
831 Freguesia do Torrão disse que tinha sido enviado à Câmara, mas ainda não obtiveram resposta.

832

833 O Presidente da Assembleia Municipal, informou que a Mesa da Assembleia recebeu um
834 documento emanado pelo Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Torrão, para conhecimento,
835 dirigido à Câmara Municipal e a Mesa entendeu que, como o documento era dirigido à Câmara
836 Municipal, devem aguardar a apreciação por parte do Presidente da Câmara, a quem o documento
837 era dirigido.

838

839 O Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Presidente da Câmara, que esclareceu
840 que a estrada municipal 543 é uma estrada que integra um conjunto numeroso de estradas
841 municipais. Referiu que pensou que, o munícipe pudesse abordar a estrada nacional de ligação
842 Alcácer do Sal/Torrão, que está em muito mau estado e que tem a certeza que o munícipe, a partir
843 de hoje, vai ser mais uma voz a reclamar junto das entidades competentes a intervenção na
844 estrada nacional.

845 Informou ainda que, a estrada municipal 543, como todas as estradas que precisam de
846 manutenção, está identificada, mas há uma escala de prioridades e que neste momento, há outras
847 prioridades, como a estrada de Casebres, que está em muito pior estado. Referiu que, há pouco
848 tempo, foram efetuadas na Vila do Torrão diversas intervenções, que foram consideradas
849 prioritárias, vários arruamentos, em benefício da mobilidade.

850

851 O Sr. Hélder Moutinho, disse que como a estrada municipal 543, é da competência do Município,
852 devia ser uma prioridade.

853

854 O Presidente da Câmara, lembrou que o Município, neste mandato, já fez uma intervenção na
855 estrada municipal 543.

856

857 O Sr. Hélder Moutinho, relativamente à Santa Casa da Misericórdia do Torrão disse que é de
858 lamentar que a Autarquia se distancie de certas instituições de cariz social.

859

860 O Presidente da Assembleia, usou da palavra e sublinhou que o Sr. Hélder Moutinho não tem
861 legitimidade para vir à Assembleia Municipal colocar uma questão, para a qual não está mandatado
862 pela Santa Casa da Misericórdia do Torrão.

863

864 O Sr. António Birra, morador do Torrão, pediu a palavra referindo-se à falta de médicos no Torrão e
865 disse haver uma médica, a Dr.^a Sandra, que está em Alcácer do Sal e que está na disposição de se
866 fixar no Torrão.

867 Em relação ao Plano de Pormenor do Pego do Altar, o Sr. António Birra, questionou sobre o porquê
868 de ter sido feito um projeto megalómano para a Barragem do Pego do Altar e perguntou o que está
869 projetado para a Barragem de Vale de Gaio, que tem boas condições para a prática do remo. Disse
870 que, o parque de campismo prometido nas eleições ainda não está projetado e que pode ser
871 compatível com a Pousada ou com outros equipamentos hoteleiros.

872 Disse que pediu em 2014, no segundo dia da feira, porque mora no outro lado da rua e tem direito
873 ao seu descanso, ao Presidente da Junta de Freguesia, para baixar o som a partir, pelo menos das
874 2 horas da manhã e que lhe foi dito que se tem que satisfazer toda a gente.

875 .

876 O Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Presidente da Câmara, que referiu que o
877 Sr. António Birra, deveria ter colocado a questão sobre o Plano de Pormenor do Pego do Altar ao
878 executivo anterior, porque foi o autor do processo e que este executivo se limitou a dar
879 continuidade e a desbloquear um problema. Referiu que o Plano de Pormenor do Pego do Altar é
880 um instrumento de planeamento para uma albufeira, que esteve em discussão pública, que foi
881 escrutinado por dezenas de entidades públicas e que tem um conjunto de investimentos que estão
882 previstos.

883 Referiu que, em relação ao Pego do Altar, não está cá o executivo anterior, mas sabe que houve
884 privados e promotores com propostas de investimento, que custearam o Plano de Pormenor do
885 Pego do Altar.

886 Sobre o aproveitamento da Barragem de Vale de Gaio disse que, a sua opinião é partilhada com o
887 Presidente da Junta de Freguesia do Torrão de que se deve potenciar aquela albufeira para a

888 prática desportiva, particularmente a canoagem e o remo, já que os acessos são bons, os
889 flutuadores estão lá, mas que é indispensável construir alojamento para servir quem venha e queira
890 estagiar semanas ou meses.

891 Referiu que, não prometeu um parque de campismo e que acha que o Presidente da Junta de
892 Freguesia do Torrão também não.

893 Sobre a questão do ruído, o Presidente referiu que tem de haver sempre algum equilíbrio entre os
894 eventos que acontecem, que às vezes são um dia, dois ou três dias mais intensos e que as
895 pessoas que lá moram, mais sensíveis, são tocadas relativamente a esse assunto.

896 Sobre a questão colocada sobre a médica no Torrão, o Presidente disse que advoga, que se a
897 médica puder estar no Torrão era bom, porque gosta do Torrão e do seu povo. Disse que vai
898 conversar com a médica sobre essa questão.

899

900 **APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES** _____

901

902 Foi lida a minuta da ata, pelo 1º secretário da mesa, a fim das deliberações dela integrantes,
903 produzirem efeitos imediatos.

904 Colocada à votação foi aprovada, por unanimidade.

905

906

907 **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** _____

908 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão, pelas duas
909 horas e cinco minutos do dia trinta de abril do ano dois mil e dezasseis. Eu, Dina do Carmo Prego
910 Semião Sardo e Nuno Manuel Carvalho, assistentes técnicos, redigimos a presente ata, que
911 assinamos com o Presidente da Assembleia Municipal.

912

913

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

914

915



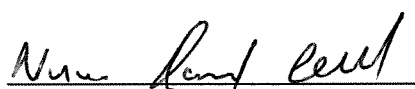
916

917

OS ASSISTENTES TÉCNICOS,

918

919



920

921



Moção

Pela reposição das freguesias

O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a lei nº 11-A/2013, inseriu-se num objectivo mais amplo de liquidação do poder local democrático, conquista do 25 de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa.

A pretexto do memorando de entendimento com a troika e da redução da despesa do Estado a extinção/agregação das freguesias - à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos - inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas.

Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias.

A reforma administrativa imposta pelo anterior governo, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, em nada resolveu – antes agravou – os principais problemas com que se confrontam as freguesias.

Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações.

Assim, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida a 29 de Abril de 2016 delibera:

A

1. Reafirmar a exigência de reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respectivos órgãos autárquicos;
2. Apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no acto eleitoral de 2017.
3. Enviar esta moção aos seguintes Órgãos de Soberania e entidades:
 - Presidente da República;
 - Presidente da Mesa da Assembleia da República;
 - Primeiro Ministro ;
 - Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República;
 - ANM- Associação Nacional de Municípios;
 - ANAFRE- Associação Nacional de Freguesias;
 - CIMAL- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral;

Alcácer do Sal, 29 de Abril de 2016

Os Eleitos da CDU

Moção

No 42º aniversário da Revolução de Abril e 40º aniversário da Constituição da República

Considerando que assinalamos este ano o 42º aniversário da Revolução de Abril e o 40º aniversário da Constituição da República do Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia;

Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações;

Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril;

Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores actos de afirmação de soberania e independência nacionais;

Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz,

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida a 29 de Abril de 2016, delibera:

1 -Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma política que sirva Portugal e os portugueses.

2- Saudar o executivo municipal, o movimento associativo, os trabalhadores do município e a

população pela forma como foi celebrado no Concelho de Alcácer o 42º aniversário da Revolução de Abril, particularmente o grandioso espectáculo da noite de 24 para 25 de Abril que constituiu um momento histórico destas comemorações.

3- Apelar aos trabalhadores, aos eleitos autárquicos, ao movimento associativo e à população, para se associarem às comemorações do 1º de Maio, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.

4 - Enviar esta moção aos seguintes Órgãos de Soberania e entidades:

Presidente da República;
Presidente da Mesa da Assembleia da República;
Primeiro Ministro ;
Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República;
ANM- Associação Nacional de Municípios;
ANAFRE- Associação Nacional de Freguesias;
CIMAL- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral;

Alcácer do Sal, 29 de Abril de 2016

O s Eleitos da CDU